

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças****Despacho n.º 15449/2011**

Considerando que a Metro do Porto, S. A., é uma entidade pública, nos termos e para os efeitos do artigo 3.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na sua actual redacção, cujo objecto consiste na «exploração, em regime de concessão atribuída pelo Estado, de um sistema de metro ligeiro, na área metropolitana do Porto»;

Considerando que a Metro do Porto, S. A., se encontra num processo continuado de esforço de investimento, no âmbito do plano de expansão do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto de forma a assegurar a exploração da rede e garantir elevados padrões de qualidade e segurança no âmbito do serviço público prestado;

Considerando que existe um inegável interesse para a economia nacional resultante do projecto da Metro do Porto devido ao elevado impacto económico, social e ambiental para a região;

Considerando que nos termos da base XIII das bases da concessão do sistema de metro ligeiro do Porto, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, na sua actual redacção, o Secretário de Estado das Obras Públicas, dos Transportes e das Comunicações, por despacho de 13 de Outubro de 2011 e nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 112/97, de 16 de Setembro, emitiu parecer favorável à contratação de uma operação com concessão da garantia pessoal do Estado;

Considerando que foi ouvido o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, nos termos do disposto na alínea t) do n.º 1 do artigo 6.º dos respectivos Estatutos;

Instruído o processo pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, ao abrigo do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 112/97, de 16 de Setembro, e no n.º 1 do artigo 80.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 48/2011, de 26 de Agosto:

Autorizo, conforme ficha técnica anexa:

1 — A contratação e a concessão da garantia pessoal do Estado para cumprimento das obrigações de capital e juros do empréstimo da Metro do Porto, S. A., (2010-2015) de 100 milhões de euros, nos termos da base XIII das bases da concessão do sistema de metro ligeiro do Porto, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, na sua actual redacção, e do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 112/97, de 16 de Setembro.

2 — A fixação da taxa de garantia em 0,2 % ao ano.

18 de Outubro de 2011. — A Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*.

Ficha técnica

Tipo de operação — contrato de mútuo.

Finalidade — cobertura financeira do plano de investimentos.

Mutuário — Metro do Porto, S. A.

Garante — República Portuguesa.

Montante — € 100 000 000.

Mutuante — Banco Comercial Português, S. A. (Millennium BCP).

Utilização — de uma só vez na data de contratação.

Taxa de juro — indexada à Euribor 3M com um *spread* de 5,5 %.

Periodicidade — os juros serão pagos trimestral e postecipadamente.

Prazo — 12 meses.

Reembolso — *bullet*.

205329552

Despacho n.º 15450/2011

1 — Nos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino a cessação, a seu pedido, das funções de coordenação na secretaria de apoio do meu Gabinete do técnico superior da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças José Manuel Carvalho.

2 — O presente despacho produz efeitos a 10 de Outubro de 2011.

25 de Outubro de 2011. — A Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*.

205329325

Despacho n.º 15451/2011

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado António Hilário Tinoco de Almeida e Costa Vaz, técnico especialista da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E., colaborador para realizar estudos no âmbito da sua especialidade.

2 — O nomeado é equiparado para efeitos de vencimento ao cargo de adjunto com despesas de representação, acrescido de 45 % deste montante, com percepção dos subsídios de férias, de Natal e de refeição.

3 — A nomeação produz efeitos a 1 de Novembro de 2011 e manter-se-á em vigor até à cessação das minhas actuais funções, podendo ser revogado a todo o tempo.

2 de Novembro de 2011. — A Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*.

205330029

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública**Despacho n.º 15452/2011**

Considerando que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Ana Luísa Rodrigues Mendes Colaço licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que a mesma, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Autorizo que, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau concedida a Ana Luísa Rodrigues Mendes Colaço, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2011.

12 de Setembro de 2011. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Hélder Manuel Sebastião Rosalino*.

205330491

Despacho n.º 15453/2011

Considerando que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Alorino Aires Evaristo da Noruega licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que o mesmo, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Autorizo que, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau concedida a Alorino Aires Evaristo da Noruega, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2011.

12 de Setembro de 2011. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Hélder Manuel Sebastião Rosalino*.

205330401

Despacho n.º 15454/2011

1 — De harmonia com o disposto nos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da faculdade que me foi conferida nos n.ºs 1 e 2 do despacho n.º 12904/2011, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 187, de 28 de Setembro de 2011, subdelego na directora-geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), Dr.ª Carolina Maria Gomes Ferra, as minhas competências delegadas para a prática dos seguintes actos do âmbito da DGAEP:

a) Autorizar a inscrição e a participação do pessoal em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras actividades semelhantes que se realizem no estrangeiro, bem como o pagamento das correspondentes despesas de inscrição, transporte e ajudas de custo;

b) Autorizar o reembolso de descontos indevidamente efectuados no abono de vencimentos e pensões.

2 — Subdelego ainda na directora-geral da Administração e do Emprego Público, Dr.ª Carolina Maria Gomes Ferra, as minhas competências delegadas para a prática dos seguintes actos:

a) A prática de actos respeitantes às comissões de trabalhadores, atribuídos por lei ao ministério responsável pela área da Administração Pública;

b) A prática de actos que, no âmbito da greve, a lei atribua ao ministério ou ao membro do Governo responsável pela área da Administração Pública, à excepção da prática de actos na situação de greve geral.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 28 de Junho de 2011, ficando por esta forma ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes ora subdelegados, tenham sido praticados pela subdelegada.

7 de Novembro de 2011. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Hélder Manuel Sebastião Rosalino*.

205329114

Secretaria-Geral

Aviso n.º 22413/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum, aberto pelo aviso n.º 8715/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 71, de 11 de Abril de 2011, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com o período experimental de 90 dias e com efeitos a 26 de Setembro de 2011, com o seguinte trabalhador:

Nome	Posição remuneratória	Nível remuneratório
António Luís Jesus Fernandes	3.ª	3

4 de Novembro de 2011. — A Secretária-Geral, *Teresa Maria Caldeira Temudo Nunes*.

205333172

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso n.º 22414/2011

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, por despacho do Director-Geral dos Impostos, foi renovada a comissão de serviço de João Albino Oliveira Vieira, no cargo de Chefe de Divisão de Tributação e Cobrança, da Direcção de Finanças de Viana do Castelo.

8 de Novembro de 2011. — A Directora de Serviços, em substituição, *Ángela Santos*.

205332532

Instituto Nacional de Administração, I. P.

Aviso n.º 22415/2011

Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, por força do disposto no artigo 73.º do Regime, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, declara-se que a trabalhadora Cristina Maria Rouxinol Seixas de Távora, concluiu com sucesso o seu período experimental na carreira/categoria de técnico superior, de acordo com o processo de avaliação, elaborado nos termos do n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, sendo o tempo de duração do período experimental contado para efeitos da actual carreira e categoria.

4 de Novembro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo, *Francisco Ramos*.

205332013

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus

Despacho n.º 15455/2011

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos n.ºs 1 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio em comissão de serviço o licenciado Tomás Carvalho Belchior, para exercer o cargo de adjunto do meu Gabinete.

2 — A remuneração é a que se encontra fixada na lei acrescida, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e de um abono mensal para as despesas de representação.

3 — A presente nomeação produz efeitos a 1 de Novembro de 2011.

3 de Novembro de 2011. — O Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, *Luís Miguel Gubert Morais Leitão*.

205330101

Secretaria-Geral

Aviso n.º 22416/2011

1 — Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º, n.º 1 alínea *d*) do artigo 31.º e n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, com a redacção conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, notificam-se os candidatos dos resultados obtidos nos métodos de selecção, Prova Escrita/Avaliação Curricular e Entrevista Profissional de Selecção, e o projecto de Lista Unitária de Ordenação Final do procedimento concursal comum de recrutamento de dois postos de trabalho para o desempenho de funções na Direcção de Serviços de Recursos Humanos do Departamento Geral de Administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros, aberto pelo Aviso n.º 15460/2011, publicado no *Diário da República* n.º 150, 2.ª série, de 5 de Agosto de 2011, para querendo, se pronunciarem em sede de audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente Aviso.

Para o efeito, deverá ser utilizado o formulário tipo, publicado pelo Despacho (extracto) n.º 11321/2009, *Diário da República*, n.º 89, 2.ª série, de 8 de Maio de 2009 e disponibilizado no sítio do Ministério dos Negócios Estrangeiros www.mne.gov.pt.

2 — Mais se notifica que a referida lista, se encontra afixada para consulta, no “local de estilo” da Secretaria-Geral deste Ministério, Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, em Lisboa, encontrando-se igualmente disponível na respectiva página electrónica www.mne.gov.pt.

3 — A fim de dar cumprimento ao n.º 6 do artigo 31.º, conjugado com o n.º 3 alínea *d*) do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, informam-se os candidatos notificados através do Aviso n.º 18792/2011, publicado no *Diário da República* n.º 183, de 22.09.2011 e que não se pronunciaram no âmbito da audiência dos interessados, da respectiva exclusão ao procedimento concursal, podendo deste acto ser interposto recurso hierárquico ou tutelar, nos termos do n.º 1 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009.

4 — O processo instrutório relativo ao procedimento concursal está disponível para consulta dos interessados nas instalações do Núcleo de Apoio aos Procedimentos Concursais, Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, em Lisboa, das 9.30 às 12.30 e das 14 h às 18 h.

4 de Novembro de 2011. — O Director do Departamento Geral de Administração, *José Augusto Duarte*.

205331625

Despacho n.º 15456/2011

Por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, de 20 de Outubro de 2011, considerando que a licenciada Regina Maria Padeira Quelhas Lima, vem exercendo as suas funções como Directora de Serviços de Justiça e Assuntos Internos da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, desde 2005;

Considerando que, nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente a renovação da comissão de serviço dos titulares de cargos de direcção intermédia depende da análise circunstanciada do respectivo desempenho e dos resultados obtidos, tendo como referência o relatório de demonstração das actividades prosseguidas e dos resultados obtidos;

Atendendo a que foi entregue o relatório dos resultados obtidos no exercício do respectivo cargo, conforme exigido no n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na sua redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto;

Considerando o bom desempenho e os resultados obtidos constantes do respectivo relatório de actividades;

Nos termos do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro e 3-B/2010, de 28 de Abril, no n.º 6 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 207/2007, de 29 de Maio, de acordo com a alínea *d*) do artigo 1.º da Portaria n.º 662/2007, publicados no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 105, de 31 de Maio, foi renovada, por um período de três anos, a comissão de serviço da licenciada Regina Maria Padeira Quelhas Lima, para exercer o cargo de Directora de Serviços de